

JUSTIÇA CIDADANIA

ISSN 1807-779X
9 771807 790001 0 01242
Edição 124 - Novembro de 2010
R\$ 16,90

MINISTRO CEZAR PELUSO
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DOM QUIXOTE PERSONIFICA OS DIREITOS DA CIDADANIA

Editorial: RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA E À LIBERDADE

A PRESIDENTE DILMA

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, UNIFMU, UNIFEO, UNIP e CIEE
Membro do Conselho Editorial



Foto: Arquivo JIC

Não votei em Dilma. Votei em Serra. Não gostei de sua postura — nem da do Presidente Lula — durante a campanha, parecendo mais uma marionete produzida pelos marqueteiros do Presidente. Não a via como pessoa ou como líder, mas como um boneco, que reagia puxada pelos cordéis de seu manipulador.

Foi, portanto, com todas as restrições possíveis, que me preparei para ouvir o seu primeiro pronunciamento como presidente eleita.

Fui surpreendido pela sua tranquilidade, coerência e pelas propostas para o futuro governo. De rigor, não discordei de nenhuma delas.

Inicialmente, impressionou-me a segurança com que falou sobre a guerra cambial, a necessidade de manter o câmbio flutuante, de fortalecer o empreendedorismo — sempre falou em “empreendedor” antes de “trabalhador”, em clara sinalização de que não tem vocação para o que Chávez está fazendo na Venezuela —, de manter o crescimento do PIB, de tornar eficiente a esclerosada máquina pública — o termo esclerosada não foi por ela utilizado —, de prestigiar relações internacionais, principalmente com os parceiros mais importantes, com altivez, abrindo espaços para o desenvolvimento nacional. Não deixou de se manifestar sobre a questão social, erradicação da miséria, sem, todavia, referir-se às preconceituosas teses das 521

proposições do PNDH3. Ao contrário, reiterou que a liberdade de imprensa é sagrada, em oposição ao referido plano.

Mostrou, por outro lado, sensibilidade. Comoveu-se, como qualquer pessoa sinceramente grata, ao falar do Presidente Lula, demonstrando que já não era um produto de marqueteiros, mas um ser humano consciente de suas responsabilidades, em face do apoio recebido de pouco mais de metade dos eleitores brasileiros (teve 55 milhões de votos contra 43 milhões de seu opositor).

Em duas entrevistas, no dia seguinte, reiterou o mesmo tom calmo e humano e as mesmas ideias, em duas entrevistas para a TV Globo e TV Record.

À evidência, causou-me — e a muitos dos que não votaram nela — excelente impressão, uma sensação de alívio e fundadas esperanças de que faça um governo competente, severo com a corrupção e com o fisiologismo, abrindo perspectivas de crescimento para o povo brasileiro.

Não se referiu aos fracassos econômicos dos aliados bolivarianos, até porque seu discurso não seria encampado pelo histriônico Presidente Chávez, especialista em destruir a economia venezuelana, ao eliminar empreendedores, gerar inflação, queda do PIB, descumprir contratos, promover desapropriações e um início de caos social no país. A omissão pode ter sido sinalização de que o Brasil, para ela, é mais importante do que acariciar o ego de aprendizes de ditadores.

Falou em redução de tributos e de juros, em simplificação do sistema, razão pela qual tenho eu a esperança de que não ceda ao retorno da CPMF — principalmente levando-se em consideração que, apesar de a arrecadação ter subido duas CPMFs, desde a extinção desse tributo, não houve qualquer implemento para a saúde, mas sim dos benefícios destinados aos detentores do poder (burocratas e políticos), em nível de subsídios e aposentadorias. O déficit da aposentadoria oficial federal (mais ou menos 950.000 servidores) é de 47 bilhões de reais, contra 43 bilhões dos 23 milhões de aposentadorias do setor não governamental!!!

Por outro lado, o inchaço da máquina foi uma das maiores características dos últimos tempos, não através da porta constitucional dos concursos públicos, mas dos cargos em comissão para acomodar políticos e amigos.

Neste ponto, foi muito clara a mensagem: nada de compadrio ou ineficiência no serviço público, seja de aliados ou opositores. Aliás, a queda dos juros só será possível se houver uma redução sensível do custo da máquina administrativa, pois uma das maiores causas da inflação é o “déficit público”.

Aos 75 anos de idade, 53 de advocacia e magistério — sou apenas advogado e professor, nunca aceitei qualquer cargo público, nem quando convidado para cargos de relevo —, confesso que fiquei bem impressionado com as primeiras manifestações, apesar de ser um cético em relação aos efeitos que produz o exercício do poder, como escrevi no meu livro “Uma breve teoria do poder”. E entendo que todos os brasileiros “não governamentais” devem dar um voto de confiança à nova presidente, sem abdicar do direito, sagrado em uma democracia, de criticar tudo aquilo que entendam não dizer respeito aos interesses do País.

